



**ATA 1821ª. REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às nove horas e  
2 quarenta minutos, realizou-se a milésima octingentésima vigésima primeira reunião  
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à  
4 Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 22 conselheiras(os), sendo  
5 essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto,  
6 Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaína  
7 Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Luís Fernando de Oliveira  
8 Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi,  
9 Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves,  
10 Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Jonathas José Salathiel  
11 da Silva, Lívia Gonsalves Toledo, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar  
12 Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito e Sergio  
13 Augusto Garcia Junior. Também esteve presente o gestor da Subsede de Assis,  
14 Edgar Rodrigues, conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta  
15 ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as  
16 justificativas de ausência das(os) demais conselheiras(os): Aristeu Bertelli da Silva,  
17 Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, José Agnaldo Gomes, Gustavo de Lima  
18 Bernardes Sales e Silvio Yasui, Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está  
19 desligada conforme registrado na ata da milésima setingentésima sexagésima  
20 terceira Reunião Plenária Ordinária de onze de abril de dois mil e catorze e  
21 Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está afastada temporariamente conforme  
22 registrado no ata da milésima octingentésima de trinta de outubro de dois mil e  
23 catorze. **II) LEGALIZAÇÃO / DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS** – Nas sessões  
24 ordinárias de outubro o plenário deliberou ao Núcleo de Álcool, Drogas e  
25 Medicalização pautar o tema Legalização e Descriminalização das Drogas para  
26 aprofundamento do debate com a finalidade de extrair um posicionamento do CRP a  
27 respeito do tema. Assim, Marília Capponi, coordenadora desse Núcleo, preparou  
28 uma apresentação para estimular a discussão e saber a posição do plenário a  
29 respeito da discussão. Exibiu um trecho da palestra de abertura do Congresso  
30 Internacional Sobre drogas: Lei, Saúde e Sociedade, que aconteceu em Brasília, em  
31 maio de 2013, feita pelo Dr. Henrique Carneiro, historiador que faz um estudo  
32 importante sobre as drogas e não somente sobre a descriminalização. Esse vídeo  
33 traz o contexto histórico e o jogo de interesses envolvidos. Explica: a substância  
34 psicoativa pode virar uma mercadoria. Um bom exemplo é o álcool que é lucrativo no  
35 mercado consumidor. Marília Capponi faz algumas citações: “a utopia de ontem,



36 *tornar-se-á a necessidade de amanhã” (Rosa Luxemburgo) e “O afã reformista*  
37 *fortalece os conservadores, anula os ousados, institucionaliza as revoltas,*  
38 *regulamenta a vida. A relação de cada um com a “droga” é única e se dá*  
39 *diretamente no corpo, na experiência viva e direta, sem passar por regulamentações*  
40 *universais. Não há lei que delimite dor ou prazer. (...) pena alternativa é “pena”,*  
41 *tratamento compulsório é castigo, distinção entre usuário e traficante é, ao mesmo*  
42 *tempo, humanitarismo e racismo. Arruinar a atual política de drogas é um ato de*  
43 *saúde.” (Edson Passetti). E na sequencia traz ao plenário algumas definições: **O que***  
44 **é legalização das drogas?** É a regulamentação através de leis de plantio,  
45 distribuição, comércio e uso. O Estado cria regras que limitam, diferenciam e  
46 controlam as relações da sociedade com as substâncias hoje ilícitas; Controle das  
47 substâncias, verificação de seu conteúdo, grau de princípio ativo presente e  
48 presença de substâncias estranhas na sua composição e ainda quando a produção  
49 e comercialização são taxadas pelo governo, que arrecada impostos sobre as  
50 substâncias. A economia, na legalidade, soma-se ao Produto Interno Bruto do país,  
51 e o comércio, por ser atividade regulamentada, acaba com o tráfico de drogas. Pode  
52 haver também um controle de preços, protegendo a relação de consumo. **O que é**  
53 **descriminalização das drogas?** Consiste em retirar uma droga do rol de  
54 substâncias ilícitas. Deixa de ser crime o uso, permitindo que usuários não sejam  
55 punidos. Comenta que no Brasil o uso das drogas é descriminalizado, apesar da lei  
56 nº 11.343/06 que *“institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas -*  
57 *Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção*  
58 *social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à*  
59 *produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras*  
60 *providências”* ter uma interpretação subjetiva. Fica mantida a repressão e  
61 penalização ao comércio - entendido como tráfico. O consumo seguiria sendo  
62 sancionável (com multas ou tratamentos obrigatórios), mas deixa de ser um delito  
63 penal. A descriminalização não representa uma legalização nem o acesso liberado à  
64 droga, que, em alguns modelos, chega a poder ser usada para fins médicos e  
65 científicos, mas não recreativos. No Brasil não ocorre o uso médico de algumas  
66 substâncias. A redução de danos entende a descriminalização do uso de drogas  
67 como uma estratégia efetiva de inclusão, desvinculando do usuário a estigmatização  
68 e o preconceito, ou seja, sua marginalização. Conta que o Núcleo de Álcool, Drogas  
69 e Medicalização vem discutindo e trabalhando na produção de textos baseada nas  
70 deliberações do VIII Congresso Nacional da Psicologia. Dentre essas deliberações,  
71 destaca a seguinte: “Ampliar a atuação nas frentes nacionais e estaduais sobre  
72 Drogas e Direitos Humanos, investindo esforços na construção de uma política  
73 coerente com os princípios do SUS (com ênfase na prevenção), da reforma



74 psiquiátrica antimanicomial e da redução de danos; contribuindo para a superação  
75 da lógica do proibicionismo e da guerra às drogas”. Complementa expondo que no  
76 VIII CNP há deliberações alusivas à Rede de Atenção Psicossocial - RAPS,  
77 Comunidades Terapêuticas, da legalização das drogas e o fortalecimento da  
78 redução de danos também, mas não atinente à descriminalização das drogas. Esse  
79 congresso registrou avanços no sentido do cuidado ao usuário, mas não no da  
80 legalização e descriminalização. Aprovou uma moção de repúdio à atual política de  
81 álcool e drogas entendendo que essa política propicia o extermínio da população  
82 pobre e negra. Citou que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apoia a  
83 legalização das drogas. É um passo a frente da Psicologia. Retoma os pontos base  
84 para discussão do Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização: **a)** Histórico: a  
85 humanidade sempre usou drogas em cerimônias, festas, ritos de passagem, etc; **b)**  
86 Complexidade: desconstruir mitos, abrir espaços para reflexão, descortinar  
87 interesses em jogo; **c)** Cultura hegemônica: propostas de abstinência, manicomiais e  
88 da guerra contra as drogas; **d)** Políticas Públicas: atualmente não cumprem os  
89 objetivos a que se propuseram; **e)** Tráfico: o tráfico de drogas desencadeia uma  
90 onda de violência em toda América Latina, frequentemente com números de mortos  
91 superiores aos de alguns países afetados por conflitos armados; **f)** A proibição das  
92 drogas do século XX não cumpre sua premissa de zelar pela saúde pública. As  
93 pessoas seguem usando substâncias, não têm informações de qualidade e ainda  
94 traz em si uma série de outros efeitos, como o aumento das possibilidades de  
95 adulteração, o encarceramento em massa, a violência e o impedimento dos usos  
96 medicinais das substâncias; **g)** A psicologia deve analisar os efeitos das políticas  
97 atuais, oferecer cuidado e atenção aos usuários, lutar contra o preconceito e  
98 estigma, e desenvolver pesquisas e estudos considerando as relações de gênero,  
99 raça, classe e idade, mantendo o posicionamento de defesa dos direitos humanos;  
100 **h)** Epidemia: veiculada pela grande mídia, fortalece crenças e mitos, promove a ideia  
101 de que as drogas, e em particular o *crack*, são os responsáveis por grande parte dos  
102 problemas da sociedade brasileira. **i)** Inversão discursiva dos problemas: contexto  
103 social de exclusão, que é anterior ao uso abusivo do *crack*. Comentou-se que o  
104 *crack* não é a causa, mas a consequência de muitos problemas de base, de  
105 negação de direitos. **j)** Enfoque nas ações policiais violentas e somente em  
106 tratamentos compulsórios é oposta à ideia de proporcionar cuidado ao usuário. É  
107 necessário contextualizar socialmente e culturalmente os usos das drogas para o  
108 próprio entendimento da questão e o desenvolvimento de intervenções que  
109 propiciem o cuidado. **k)** O tráfico e a violência associados às drogas ilegais pedem  
110 intervenções de diferentes políticas públicas (políticas para a juventude, educação,  
111 cultura, habitação, trabalho, lazer, justiça, etc.). Explicitou que se todas essas



112 políticas funcionassem talvez tivessem menos pessoas fazendo uso de álcool e  
113 outras drogas; **l)** Necessidade de tratamento não exclui ou anula os direitos de  
114 cidadania; **m)** Políticas Públicas devem incorporar ações de redução das  
115 vulnerabilidades. Suscita que uma parte pequena da discussão da droga tem  
116 relação com o uso abusivo das drogas; **n)** Com relação ao cuidado do usuário  
117 abusivo, é necessário: i) intervenções psicossociais, em que a comunidade e o meio  
118 cultural são elementos fundamentais da clínica; ii) equipes multidisciplinares; iii)  
119 oferecer serviços emergenciais nos locais de uso. Em Portugal se pratica isso: há  
120 médicos e enfermeiras que vão para a casa de uso e prestam atendimento ao  
121 usuário ali, fornecem preservativo, etc. Marília Capponi explicou que existe um  
122 documento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) que  
123 orienta sobre como deve ser o tratamento de pessoas que fazem uso abusivo de  
124 drogas e traz as experiências de outros países; iv) realizar intervenções que  
125 possibilitem a aproximação de usuários problemáticos; v) consentimento do  
126 tratamento; vi) distribuição de medicamentos supervisionados quando necessário e o  
127 entendimento de que a internação deve ser utilizada como última medida para a  
128 desintoxicação, sendo de curta duração, e realizada somente com a concordância  
129 do usuário. Alguns dados para auxiliar a discussão: **1)** O Brasil é o terceiro país que  
130 mais prende seus cidadãos no mundo. São mais de quinhentos mil presos. Um  
131 quarto deles por crimes relacionados ao tráfico de drogas. **2)** Em São Paulo: 7% dos  
132 presos por tráfico portavam mais de cem gramas de maconha. 57% não  
133 apresentavam antecedentes e 61% não tinham dinheiro para pagar um advogado. **3)**  
134 A partir de 2006, com a nova Lei de Drogas (11.343/06) houve um aumento de  
135 142% da população carcerária. Essa lei não determina quantidade que difere  
136 usuário de traficante, essa distinção fica a cargo do Juiz. A realidade nos mostra que  
137 essa distinção tem sido permeada por preconceitos de classe social e raciais,  
138 pondera acerca da classe social dos juízes no Brasil. **4)** O “traficante” preso em sua  
139 maioria é o distribuidor da ‘boca’. Ele não é profissional, não tem arma, trabalha para  
140 comer e comprar o ‘crack’ e fabrica a droga em casa. Ao final traz os materiais  
141 produzidos pelo Sistema Conselhos para embasar a atual discussão, a saber: a)  
142 *Revista Diálogos* - Ano 6, número 6, de Novembro de 2009; b) *13 razões para*  
143 *defender uma política para usuários de crack, álcool e outras drogas sem exclusão*  
144 (CFP, 2012); c) *Série Debates: Álcool e Outras Drogas* (CRP/SP, 2012); d) Panfleto  
145 CRP/SP: *NÃO à Internação Compulsória! Não ao investimento do SUS nas*  
146 *Comunidades Terapêuticas! SIM ao Tratamento em LIBERDADE!*; e) *Drogas e*  
147 *Cidadania: Em Debate* (CFP, 2012); f) *Documento de referências técnicas para a*  
148 *atuação de psicólogas (as) em políticas públicas de álcool e outras drogas* (CFP,  
149 2013); g) Panfleto: *Psicologia e a Política de Drogas* (CRP/SP, 2014).



150 Considerações do Plenário: Dentro da discussão sobre drogas, Maria Ermínia  
151 Ciliberti sugere priorizar dois rumos: um deles é continuar na linha da orientação  
152 técnico-profissional. Além de fazer uso do caderno de referências para Atuação dos  
153 Psicólogos em Políticas Públicas sobre álcool e outras drogas, da cartilha popular  
154 sobre o tema Álcool e Drogas que está sendo produzida pelo Instituto Brasileiro de  
155 Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho - Ibeac, produzir um folder de orientação  
156 voltado aos profissionais que atuam com usuários de álcool e drogas e ainda, criar  
157 uma página temática no *site* do CRP aglutinando todas as referências apresentadas  
158 e adicionar outras para a(o) psicóloga(o) ter facilidade de acesso às orientações  
159 sobre o tema. Outra ação que sugere é que se foque nas crianças: tem aumentado o  
160 número de crianças internadas. Por meio do Jornal Psi e Boletim Eletrônico também  
161 trazer o tema concernente ao tráfico de pessoas, armas e drogas e o impacto disso.  
162 É necessário construir essa leitura porque as pessoas acham que os problemas  
163 relacionados ao uso de álcool e outras drogas é somente com o usuário. Quem vai  
164 na cracolândia buscar droga é a classe média. Ilana Mountian relata que a proibição  
165 das drogas surte efeito também na prática do psicólogo. O uso das drogas está  
166 relacionado à proibição não somente jurídica, mas há a questão moral no uso das  
167 drogas de forma recreativa. Isso está intrínseco na atuação do psicólogo. São visões  
168 duplas: profissionais em linhas teóricas, com influências religiosas, defendem a  
169 abstinência total e, outros, a redução de danos. Foi lembrado por Joari Aparecido  
170 Soares de Carvalho que a Coordenação da Política Estadual de Drogas está sob a  
171 coordenação executiva da Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de São  
172 Paulo. Em seguida comentou um levantamento feito junto às instituições de  
173 acolhimento de criança e adolescente no estado de São Paulo. Grande parte dos  
174 que estão nesses espaços não se sabe se é por medida de proteção, segurança de  
175 vida ou socioeducativa. No Estatuto da Criança e do Adolescente está prevista a  
176 retirada da criança e/ou adolescente do seu ambiente familiar, se ele estiver  
177 exposto, por exemplo, a pais usuários de álcool e outras drogas. Nesse momento,  
178 Sandra Elena Sposito comentou que em Bauru foi expedida uma ordem judicial para  
179 retirar os filhos de mães que tenham tido contato com qualquer droga. As gestantes,  
180 cientes disso, estão realizando o parto de seus filhos em outros municípios. Trata-se  
181 de uma medida higienista que a Comissão Gestora de Bauru está debatendo como  
182 deve ser a lógica de intervenção que o CRP deverá adotar. Para Ilana Mountian, é  
183 uma punição para as pessoas pobres, porém essa situação será levada para debate  
184 junto ao Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização. Joari Aparecido Soares de  
185 Carvalho continuou manifestando que a rede substitutiva em saúde mental não foi  
186 amplamente clara em relação a isso. Isso faz com que outras redes não se  
187 coloquem na linha de frente, por exemplo, na saúde, na assistência ou na parte



188 jurídica sobre como fazer. Foi possível, nos últimos 10 anos, tirar essa discussão  
189 simplesmente do âmbito jurídico e criminalizatório para a questão da saúde, mas o  
190 que a saúde diz em relação a isso? Por fim, comentou sobre a grande adesão da  
191 população à oferta de cura religiosa que a Igreja Universal divulga na televisão sob a  
192 justificativa de que se deve “tirar o demônio do corpo” para retirar o vício, deixando  
193 de lado, as redes substitutivas. Moacyr Miniussi Bertolino Neto completou que essa  
194 ação da igreja já é praticada há bastante tempo e muitas vezes ocorre com apoio  
195 das comunidades terapêuticas, clínicas e hospitais psiquiátricos. Reforça a  
196 necessidade de avançar nas relações entre a rede de atenção psicossocial com  
197 outras áreas nesse cuidado, pois responsabilizar a Rede de Atenção Psicossocial e  
198 a Saúde para o cuidado de usuários de álcool e outras drogas não será suficiente,  
199 considerando que a população também precisa de outros cuidados atinentes à  
200 moradia, transporte, etc. Há também o uso das drogas em contexto religioso ou nos  
201 contextos que as pessoas denominam contato com o sagrado, espiritual, uso ritual  
202 (este último não está ligado somente com o religioso). O uso dessas substâncias,  
203 milenarmente, para diferentes fins, seja terapêutico ou para fins de contato com o  
204 sagrado e a espiritualidade é algo que tem um papel central na organização da vida  
205 das populações que os fazem. No Brasil, o uso da *ayahuasca* tem esse caráter e  
206 isso também está inserido nesse debate da organização social de diferentes povos.  
207 Marília Capponi finaliza a discussão expondo a necessidade de se pensar sobre o  
208 *crack*. Para ela o *crack*, que é uma droga composta de cal, cimento, soda cáustica, é  
209 feita para extermínio da população mais pobre, que é a que mais consome. Expõe o  
210 avanço do movimento para os direitos da população portadora de Aids, com relação  
211 ao seu direito a privacidade, de não terem que expor se são ou não soro positivo e  
212 incita que o uso de droga também deve ter esse caráter íntimo do usuário. Defesa  
213 pelo direito à privacidade dos usuários de álcool e outras drogas.  
214 **Encaminhamentos:** Feitas as considerações, é consenso do plenário que o  
215 posicionamento do CRP seja pela defesa à legalização das drogas. Deliberou-se  
216 também: **a)** Incidir sobre o Plano Plurianual do Governo Estadual no âmbito do álcool  
217 e outras drogas, como já previsto no Planejamento Estratégico 2015; **b)** Produzir  
218 folheto voltado à orientação da(o) psicóloga(o) que atua com usuários de álcool e  
219 outras drogas; **c)** O Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização debaterá a respeito  
220 dos meios de intervenção do CRP junto à psicóloga de Bauru que está atuando com  
221 as mães usuárias de álcool e outras drogas que estão tendo seus filhos retirados por  
222 determinação judicial no município; **d)** Indicativo de pauta para a próxima edição do  
223 *Jornal Psi* (nº 183) - trazer o tema concernente ao tráfico de pessoas, armas e  
224 drogas e o impacto disso; **e)** Replicar aos conselheiros e gestores a apresentação  
225 em *Power Point* elaborada por Marília Capponi juntamente com o *link* do vídeo



226 exibido no início da discussão; f) Para a próxima plenária discutir as relações do  
227 CRP com a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos. **III) APOIO AO FENPB**  
228 – Adriana Eiko, vice-presidente, conta aos presentes que o Fórum das Entidades  
229 Nacionais da Psicologia Brasileira está solicitando apoio do CRP SP no valor de R\$  
230 77.000,00 (setenta e sete mil reais) para cobertura do déficit proveniente da  
231 realização do IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, ocorrido no  
232 mês de novembro de 2014, na Universidade Paulista, em São Paulo. Discorre que o  
233 CRP compôs a Comissão Organizadora dessa edição do Congresso. O Conselho  
234 Federal de Psicologia foi convidado a participar de todas as reuniões, mas só  
235 compareceu em duas e a Comissão Organizadora desse Congresso teve dificuldade  
236 em obter apoio e parceria financeira por parte do Conselho Federal de Psicologia,  
237 desde o início dos trabalhos, tendo em vista a troca de gestão do Conselho Federal  
238 de Psicologia durante o processo de organização do Congresso. O CFP cuidou  
239 somente do *site* do Congresso. Nas reuniões da Comissão Organizadora já se  
240 estimava um déficit de aproximadamente 64 (sessenta e quatro) mil reais.  
241 Historicamente a receita obtida com as inscrições de cursos e mini-cursos para a  
242 realização do CBP sempre foi suficiente para suprir todas as despesas, mas sem  
243 gerar superávit. Para clarificar ao plenário a situação financeira, foi apresentado o  
244 detalhamento das receitas e despesas dessa última edição do Congresso:  
245 arrecadação com inscrições - R\$ 1.517.923,59 (um milhão, quinhentos e dezessete  
246 mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos); fomento da  
247 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes a quantia  
248 de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e da Fundação de Amparo à Pesquisa no  
249 Estado de São Paulo - Fapesp de R\$ 70.165,00 (setenta mil reais e cento e  
250 sessenta e cinco reais). O CRP também apoiou essa atividade com o valor de R\$  
251 77.747,46 (setenta e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis  
252 centavos). Com relação ao valor total das despesas, o somatório foi de R\$  
253 1.792.562,86 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e  
254 dois mil reais e oitenta e seis centavos). No decorrer do processo, conseguiu-se uma  
255 parceria com o Ministério da Saúde, que no entendimento da Comissão  
256 Organizadora era de 127 (cento e vinte e sete) mil reais, o que supriria o déficit que  
257 estava sendo apontado pelo grupo. Porém, haviam critérios estabelecidos pelo  
258 Ministério da Saúde para o uso dessa verba, que permitiu o uso de apenas 50  
259 (cinquenta) mil reais, mantendo o déficit que, atualizado, é de 77 (setenta e sete) mil  
260 reais. O Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb dialogou  
261 com as entidades que o compõem, incluindo-se o Conselho Federal de Psicologia,  
262 concernente à possibilidade de ratearem esses custos, mas nenhuma entidade  
263 aceitou. A dívida ficou sob a responsabilidade jurídico-legal da Associação Brasileira



264 de Ensino da Psicologia - ABEP por ser a entidade responsável pela tesouraria do  
265 Congresso. O entendimento da Diretoria do CRP SP é que isso ocorreu por falta de  
266 apoio do Conselho Federal de Psicologia. Como o CRP é parceiro da Associação  
267 Brasileira de Ensino da Psicologia – ABEP e compôs a Comissão Organizadora do  
268 Congresso, trata-se de uma deliberação para um apoio em prol da Psicologia  
269 Brasileira e defende o custeio pleiteado de 77 (setenta e sete) mil reais.  
270 Considerações do Plenário: 1) Para Regiane Aparecida Piva, ficou contraditória a  
271 posição da diretoria de desembolsar esse valor, considerando a discussão da 1800ª  
272 Plenária Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2014 que acordou não fazer  
273 pagamento de ajuda de custo aos conselheiros, gestores e convidados do CRP nas  
274 atividades que o CRP propôs nesse Congresso, sob a justificativa, na época, de não  
275 aumentar o volume de despesas que o CRP já havia disponibilizado para essa  
276 atividade. Essa decisão resultou na troca de palestrantes que já tinham sido  
277 convidados. A mesa Diretora esclareceu que essa diminuição dos gastos não foi  
278 uma defesa da tesouraria, na época. 2) Sandra Elena Sposito teceu que o financeiro  
279 está a serviço do político. O ano de 2014 encerrou com sobra de valores decorrentes  
280 de ações não realizadas pelo CRP. Houve um descuido ao negar o custeio de  
281 transporte aos convidados. 3) Luiz Eduardo Valiengo Berni comenta que o apoio sob  
282 o argumento de que a Comissão Organizadora não se atentou aos critérios de apoio  
283 do Ministério da Saúde não é cabível, pois não dá para justificar esse erro  
284 administrativo. 4) Maria Ermínia Ciliberti sugere que o CRP se reposicione  
285 politicamente com o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - Fenpb  
286 demandando que o apoio será dado sob a condição de que todas as entidades que  
287 compõem esse Fórum difundam em seus meios de comunicação (jornal, *site*,  
288 boletim, redes sociais, etc.) a cobertura financeira que o CRP fará ante o  
289 tensionamento político com o Conselho Federal de Psicologia que resultou na sua  
290 falta de parceria financeira para a realização do IV CBP de forma a garantir a  
291 transparência do processo a todos os psicólogos. Todavia, lembrou Adriana Eiko  
292 Matsumoto, este Fórum não é homogêneo. 5) O CRP defende o apoio pelo  
293 fortalecimento das entidades, mas nas próximas ações que envolvam o Fórum das  
294 Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb, se exija a apresentação clara  
295 do projeto político que se objetiva. Destacou-se o grande erro cometido na  
296 organização do IV CBP de não incorporar o Ministério da Saúde no Congresso, as  
297 salas destinadas a eles ficaram isoladas e tinha pouca circulação dos visitantes. 6)  
298 Sandra Elena Spósito complementa apontando a necessidade de se fazer uma  
299 discussão do caráter das entidades que compõem o FENPB, tendo em vista a  
300 posição política manifestada por elas - negativa do rateio do déficit - e o jeito de  
301 construir a política, pois essas entidades se posicionam muitas vezes de maneira





302 ambivalente, principalmente com o Conselho Federal de Psicologia, o que não pode  
303 continuar. O CRP deve pressioná-las nesse aspecto. 7) Foi explanado por Joari  
304 Aparecido Soares de Carvalho que a mudança da gestão do Conselho Federal de  
305 Psicologia não deve ser o foco para a negativa do apoio dessa autarquia porque o  
306 argumento é frágil. Dizer que não se cumpriu algo é afirmar que havia uma despesa  
307 assumida, o que não é verdade, pois o CFP não documentou que faria esse aporte  
308 financeiro em prol do Congresso. Outra questão refere-se à gestão. A mudança da  
309 gestão também traduz a modificação na visão da categoria que a elegeu. 8) Moacyr  
310 Miniussi Bertolino Neto traz a reflexão para que o CRP estabeleça e priorize  
311 parcerias com os espaços políticos que se mantêm alinhados à política dessa  
312 gestão. 9) Maria Ermínia Ciliberti sugere fazer parceria com a Associação Brasileira  
313 de Ensino de Psicologia - Abep mediante apresentação de um projeto estadual para  
314 atividades que auxiliem as ações do CRP já previstas no Planejamento Estratégico  
315 de 2015 no âmbito da formação, ou ainda concernente ao marco regulatório. 10) O  
316 CRP participou da Secretaria Executiva, assim sendo, também tem responsabilidade  
317 sobre a dívida do Congresso. Deve-se saldar essa dívida para dirimir os prejuízos  
318 junto à categoria, defendeu Luís Fernando de Oliveira Saraiva. Discorreu que a  
319 primeira posição da Secretaria Executiva ante o resultado deficitário era a de  
320 repassar para o CRP, porém a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - Abep  
321 defendeu acionar o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - Fenpb  
322 provocando dessa forma o Conselho Federal de Psicologia. Esclarecimentos da  
323 Gerência: Há débitos da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - Abep em  
324 atraso há mais de 30 dias (salário de funcionários contratados, impostos, etc.). Os  
325 responsáveis dessa associação serão acionados judicialmente se não arcarem com  
326 esses valores. A funcionária que fazia a gestão das contas bancárias da Associação  
327 Brasileira de Ensino de Psicologia - Abep era uma funcionária do Conselho Federal  
328 de Psicologia. Quando a atual gestão do CFP assumiu, essa funcionária foi  
329 realocada ao quadro funcional de origem. A funcionária que ficou com essa  
330 responsabilidade não tinha domínio nessas tarefas administrativas e financeiras.  
331 Isso ocorreu durante a organização do Congresso, fato que também facilitou as  
332 falhas expostas com relação ao não entendimento claro do apoio dado pelo  
333 Ministério da Saúde. Também havia sido assumido pela Comissão Organizadora o  
334 compromisso junto aos participantes de reembolsar os valores pagos a mais pela  
335 inscrição (inscrições realizadas antes de serem apresentados os valores  
336 promocionais) e essa devolutiva ainda não aconteceu, o que pode gerar falas  
337 depreciativas com relação à organização do Congresso. **Encaminhamento:**  
338 Imediatamente realizar reunião com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia  
339 - Abep e demais entidades que compuseram a Comissão Organizadora do IV



340 Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão para trazer o  
341 posicionamento do plenário e explicar que o CRP não concorda em apoiar o Fórum  
342 das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb do ponto de vista do  
343 pedido que foi feito (erro administrativo), do modo como está apresentado pois os  
344 apoios financeiros concedidos por este regional dizem respeito ao cuidado do CRP  
345 com a história da Psicologia Brasileira e ao significado do Fórum das Entidades  
346 Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb. A direção do FENPB deve colocar a  
347 necessidade de apoio ao conjunto das entidades. Além disso, diante do silêncio do  
348 CFP no apoio ao CBP será explicitado ao grupo os entraves que o Fórum das  
349 Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb tinha se proposto a enfrentar  
350 juntamente com o CRP e não vem ocorrendo. A diretoria da ABEP deve apresentar  
351 a comprovação dos déficits a partir de prestação de contas , estabelecendo parceria  
352 com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - Abep em ações de interesse  
353 desse coletivo, por meio de termo de parceria, em consonância às ações previstas  
354 no Planejamento Estratégico desta autarquia em 2015. Além disso, a diretoria do  
355 CRP realizará uma reunião emergencial com a diretoria do Conselho Federal de  
356 Psicologia, bem como repassará essa demanda do Fórum das Entidades Nacionais  
357 da Psicologia Brasileira – Fenpb devido à possibilidade de que não tenham recebido  
358 esse pedido para obter, se o caso, documentada a negativa do pedido por parte do  
359 CFP. Após essas medidas a demanda voltará a ser analisada. Pautar nas plenárias  
360 de fevereiro a prestação de contas dessas ações, inclusive explicitar quais entidades  
361 do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – Fenpb se recusaram a  
362 ratear esse déficit do Congresso. **IV) PEDIDO DE DESLIGAMENTO** – A mesa  
363 diretora anunciou a manutenção do afastamento e efetivação do desligamento da  
364 conselheira Ana Paula Porto Noronha desta gestão. Ela assumiu outras demandas  
365 de trabalho fora do estado de São Paulo que implicarão em pouca disponibilidade  
366 nas ações ordinárias do CRP. Dessa forma, fica o conselheiro Luiz Eduardo  
367 Valiengo Berni como conselheiro titular e Presidente da Comissão de Orientação e  
368 Fiscalização. O XIV Plenário agradece a colega Ana Paula Porto Noronha pelas  
369 importantes contribuições durante esta gestão e no que concerne ao tema da  
370 avaliação psicológica, o CRP, em ações futuras, poderá contar com a colaboração  
371 dela. **V) CREPOP - CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E**  
372 **POLÍTICAS PÚBLICAS** – A conselheira Maria Ermínia Ciliberti conta que o  
373 Conselho Federal de Psicologia está remodelando o Centro de Referência Técnica  
374 em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop. Para os presentes entenderem melhor,  
375 explica que o Conselho Federal de Psicologia criou uma Comissão Nacional para  
376 tratar das pesquisas de Assistência Social e inseriu as atribuições do Centro de  
377 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop nesse grupo. Posto



378 isso, propõe modificar algumas metas no Planejamento Estratégico, cuja próxima  
379 etapa ocorrerá em fevereiro. Expõe que atrelar o Planejamento Estratégico 2015 ao  
380 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop não será  
381 uma boa estratégia de ação. Relata que o Conselho Federal de Psicologia convocou  
382 apenas os técnicos para a reunião da Comissão *Ad Hoc* da Pesquisa sobre  
383 Relações Raciais. Eles estão apostando em fazer algo mais técnico. A coordenação  
384 do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop  
385 Nacional critica que os grupos são muito grandes. Existe uma perspectiva que não  
386 se mantenha o convênio do Conselho Federal de Psicologia com a Universidade  
387 Federal do Rio Grande do Norte, entidade responsável em transformar a  
388 sistematização das pesquisas feitas nos regionais em texto para análise das  
389 Comissões *Ad Hoc*. Propõe as seguintes intervenções: **a)** formalizar que a linha de  
390 trabalho do CRP é a de apoiar, colaborar e atender as demandas do Conselho  
391 Federal de Psicologia no que concerne ao Centro de Referência Técnica em  
392 Psicologia e Políticas Públicas - Crepop; **b)** Se o Conselho Federal de Psicologia  
393 não deliberar a realização da pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, o  
394 CRP manterá a proposta de realizar debate sobre o tema e produzirá um caderno  
395 temático ou outra produção correlata a partir das falas desse futuro evento regional  
396 que objetiva-se realizar em junho. **c)** Não há notícias sobre a Pesquisa Quilombola.  
397 Sabe-se apenas que a Frente dos Conselhos Regionais de Psicologia está  
398 intervindo para buscar qual a metodologia que será adotada. **e)** Propõe como meta  
399 para o Planejamento Estratégico 2015 de, até o final da gestão, constituir uma  
400 Comissão de Políticas Públicas forte que possa dar continuidade às discussões da  
401 política pública no estado de São Paulo independente da discussão nacional. Esses  
402 rearranjos políticos exigem um novo posicionamento político deste regional. Deve-se  
403 avaliar de forma mais criteriosa qual tom será levado nas ações do Centro de  
404 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop Nacional. O relato  
405 do Coordenador do Crepop, Edson Ferreira Jr., que participou da reunião da  
406 Comissão *Ad Hoc* sobre a Pesquisa Relações Raciais, em Brasília, dia 23 de janeiro,  
407 trouxe que os presentes ficaram resgatando e-mails para saber o que havia sido  
408 combinado ou já construído. Percebe-se que está se perdendo a efetividade do jeito  
409 de trabalhar. Nesse sentido, sugere ainda reorganizar o olhar para as políticas  
410 públicas para um formato regionalizado, produzindo, a partir dos assuntos do Centro  
411 de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop, materiais de  
412 referências técnicas, mas voltados somente para o estado de São Paulo. Para  
413 atender a essa demanda, cada Núcleo correlato aos temas dos cadernos do Centro  
414 de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop já publicados  
415 deve deliberar o que o CRP deve fazer com essas referências (reproduzir, distribuir,



416 etc.). Se o entendimento do Núcleo é de atualizar, isso deverá ser feito em outro  
417 formato, na linha editorial do CRP-SP, mencionando que esse documento está  
418 sendo gerado a partir de determinado documento de referência do Centro de  
419 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop. **Encaminhamento:**  
420 Ante o cenário apresentado, o plenário corrobora que as deliberações da Apaf de  
421 dezembro serão respeitadas e atendidas por este Regional que cobrará o  
422 encaminhamento dessas deliberações nacionais na próxima APAF (maio de 2015).  
423 Outrossim, o relatório do Coordenador do Centro de Referência Técnica em  
424 Psicologia e Políticas Públicas – Crepop, Edson Ferreira, será divulgado somente  
425 aos conselheiros com o pedido de que, baseado no detalhamento de seu teor, o  
426 documento não deverá ser difundido nas comissões gestoras e núcleos/subnúcleos.  
427 Os Núcleos deverão dar o retorno sobre ações atinentes aos cadernos do Centro de  
428 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop na próxima etapa  
429 do Planejamento Estratégico (fevereiro de 2015). Com relação à pesquisa sobre  
430 esporte, fica registrada a sugestão de publicar material próprio do CRP sobre o  
431 tema. **5.1) Seminário Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos (13 e 14 de**  
432 **março, Brasília)** – Com relação à pesquisa de Direitos Sexuais e Reprodutivos, o  
433 Sistema Conselhos acordou a realização de um Seminário Nacional no dia 13 de  
434 março para dialogar a respeito e encaminhar qual será o recorte dessa pesquisa. No  
435 dia 14 de março ocorrerá a Reunião Nacional do Crepop que definirá a metodologia  
436 dessa pesquisa. Citou-se que a Comissão de Políticas Públicas e os Núcleos de  
437 Sexualidade e Gênero, Assistência Social e Saúde realizarão uma reunião no  
438 próximo dia 04 de fevereiro para dialogar as ações do CRP atinentes à pesquisa de  
439 direitos sexuais e reprodutivos no estado de São Paulo. As representações do CRP  
440 em Brasília poderão ser indicadas nesse encontro. **Encaminhamento:** O plenário  
441 consente que o CRP seja representado por um membro do Centro de Referência  
442 Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop e outro do Núcleo de  
443 Sexualidade e Gênero, porém o grupo que está organizando o debate estadual  
444 sobre o tema poderá avaliar se essa intervenção será cabível. Como é o CRP que  
445 custeia seus representantes, com justificativa, o grupo poderá indicar mais  
446 representantes. **5.2) Comissão Ad Hoc** - Houve o pedido de indicações para  
447 compor a Comissão *Ad Hoc* de vários temas, inclusive de comissões já em  
448 andamento. Foi explicado que somente se algum membro declinar da tarefa é que o  
449 Conselho Federal de Psicologia deverá escolher quem irá substituí-la(o). Maria  
450 Ermínia Ciliberti observou que muitas indicações são de conselheiros e  
451 colaboradores dessa gestão. Suscita que essas indicações ficarão como nomes de  
452 referência para ações do CRP-SP. Normalmente os profissionais selecionados,  
453 possuem uma indicação bem fundamentada pelo Regional. Avaliou-se que se deve



454 dar mais enfoque nas novas pesquisas que são de interesse dessa gestão, a saber:  
455 População Indígena, Quilombola e Tradicionais e Direitos Sexuais e Reprodutivos.  
456 Posto isso, propõe que o CRP remeta somente indicações para estas pesquisas.  
457 **Encaminhamento:** O plenário concordou com a proposta, todavia, as indicações  
458 serão novamente remetidas aos Núcleos de Raça e Etnia, Sexualidade e Gênero e  
459 Assistência Social para que avaliem qual nome será indicado e a justificativa dessa  
460 indicação nas pesquisas anteriormente citadas. A tabela final será apresentada nas  
461 plenárias de fevereiro. **VI) COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – A**  
462 coordenadora da Comissão de Políticas Públicas, conselheira Maria Ermínia  
463 Ciliberti, apresenta o plano inicial de trabalho. Explicita que a condução política da  
464 Coordenação da Comissão de Política Pública é apartidária e progressista.  
465 Portanto, o princípio de trabalho para o CRP será o de não priorizar qualquer  
466 interesse de partido político. Enfatiza a questão da diversidade da Psicologia do  
467 campo progressista, todavia, para estruturar o funcionamento dessa Comissão é  
468 estratégico compô-la com a maior diversidade de campos e forças. Explica que a  
469 Comissão de Políticas Públicas trabalhará com temas transversais, por exemplo, a  
470 participação social, financiamento público, modelo de gestão, reforma política e os  
471 temas específicos serão demandados pelos núcleos. Não pode haver conflito de  
472 defesas, por exemplo, um núcleo apoiar a privatização e outro manifestar-se contra.  
473 Para não ocorrer essas contrariedades, sugere também que nesse núcleo participe  
474 um representante de cada Núcleo temático, não necessariamente o seu  
475 coordenador. Além dessas propostas, apresenta a ideia de se criar um Conselho  
476 Consultivo composto por psicólogas(os) renomados na área das políticas públicas  
477 para se reunirem uma vez ao ano a fim de apresentarem sua visão na condução da  
478 política pública no estado de SP no próximo período pelo CRP. Para esse grupo,  
479 pensou-se em Maurício Jorge Piragino (Xixo) da Escola de Governo, Maria Inês  
480 Assumpção Fernandes e Ianni Regia Scarcelli, ambas do Instituto de Psicologia da  
481 Universidade de São Paulo. Para Bruno Simões Gonçalves a forma de trabalho da  
482 Comissão de Políticas Públicas desafia o plenário a fazer o esforço de  
483 desconstrução. Quem é de partidos e de movimentos deverá prestar atenção para  
484 não incorrer no erro e buscar separar a questão partidária ao responder às  
485 demandas pelo CRP. É uma forma de estratégia política inovadora.  
486 **Encaminhamento:** O plenário referendou o Plano de Trabalho da Comissão de  
487 Políticas Públicas. **6.1) Diálogos Permanentes de Políticas Públicas -** Fazer  
488 encontros com a categoria para dialogar sobre as políticas públicas é uma demanda  
489 cada vez mais emergente. Por essa razão, a Comissão de Políticas Públicas propõe  
490 a realização de debates permanentes com a categoria, no sentido de ampliar cada  
491 vez mais as rodas dessas conversas e as possibilidades de diálogos em locais que a



492 categoria venha debater. A partir dos vários temas que vão surgindo nos Núcleos, a  
493 ideia é discutir constantemente a política pública na busca de diminuir expositores e  
494 dar, cada vez mais, voz aos profissionais que estão de fato fazendo a psicologia e a  
495 política pública. **Encaminhamento:** O plenário acatou a proposta de realizar  
496 encontros permanentes com a categoria para debater as políticas públicas. Tais  
497 ações deverão ser incorporadas ao Planejamento Estratégico 2015. Ficam indicados  
498 alguns temas para os próximos debates: mobilidade, reforma urbana e direito à  
499 habitação. **6.2) Seminário de Políticas Públicas** - Já foi reservado um espaço na  
500 Câmara Municipal de São Paulo nos dias 24, 25, 26 e 27 de março de 2015 para a  
501 realização do Seminário de Políticas Públicas, todavia deve ser fechada a  
502 programação para garantir essa reserva que também terá transmissão *on line* pelo  
503 *site* da Câmara em que o *link* da transmissão será divulgado na *home page* do CRP.  
504 O desenho proposto é fazer 4 mesas, a saber: **Mesa 1)** foi pensada a partir da  
505 Comissão de Orientação e Fiscalização no sentido de também gerar material que  
506 vise orientar a categoria sobre quando deve enviar denúncias à Defensoria Pública e  
507 quando remeter ao Ministério Público. É necessária a participação da equipe técnica  
508 do CRP nesse dia para auxiliar na elaboração desse documento final. Palestrantes  
509 indicados: Eduardo Ferreira Valério pelo Ministério Público e, pela Defensoria  
510 Pública, priorizar a presença de psicólogos: Marília Marra de Almeida, (1ª. opção) e  
511 Paula Rosana Cavalcante (2ª. Opção), ambas são agentes da Defensoria Pública,  
512 atuantes na Assessoria Técnica Psicossocial (ATP). **Mesa 2)** tratará da formação  
513 profissional. Como Silvio Yasui não poderá coordená-la, a proposta é que um dos  
514 membros do Núcleo de Formação indicados para palestrar assumam a coordenação:  
515 ou Disete Devera ou Bruno Ferrari Emerich - Silvio Yasui indicará o coordenador e o  
516 segundo nome ficará como palestrante. A segunda palestrante seria Maria da Graça  
517 Marchina. **Mesa 3)** debaterá sobre o quanto as condições de trabalho estão  
518 aviltando os psicólogos. O Núcleo Mundo do Trabalho indicou Jaudenir da Silva  
519 Costa que trabalha na Delegacia Regional do Trabalho; e Andréia De Conto Garbin  
520 ou Renata Paparelli para debaterem sobre vigilância em Saúde. Houve proposta de  
521 incorporar também no debate o aspecto sindical. Portanto, o Núcleo Mundo do  
522 Trabalho verificará indicações para essa fala. **Mesa 4)** A proposta inicial era tratar da  
523 regulação das profissões no Regime Jurídico Único, mas considerando que há  
524 ações do CRP em andamento com outros Conselhos Profissionais da Área da  
525 Saúde para tratar desse tema, a Comissão de Políticas Públicas sugere alterar para  
526 a Crise do Abastecimento de Água ou Mobilidade Urbana. Considerações do  
527 Plenário: Houve defesa do Moacyr Miniussi Bertolino Neto e Luiz Eduardo Valiengo  
528 Berni que o debate da última mesa seja sobre a crise da água considerando  
529 situação atual no estado de São Paulo que também será matéria de capa para o



530 próximo Jornal Psi. Sendo esse tema, que o título não fique como crise hídrica  
531 porque não é falta de chuva, mas sim crise de abastecimento da água. Joari  
532 Aparecido Soares de Carvalho contou que no próximo dia 10 de fevereiro ocorrerá  
533 uma reunião do Núcleo Emergências e Desastres, cuja pauta será a construção de  
534 uma ação que debata sobre a falta de água em São Paulo, porém entende que fazer  
535 debate na Câmara Municipal de São Paulo implica em ter outro tom na conversa.  
536 Sugere adotar o tema mobilidade urbana. **Encaminhamento:** Consentiu-se o  
537 exposto nas mesas 1, 2 e 3. Com relação a quarta mesa, o plenário deferiu que seja  
538 o tema Falta de água – Crise no abastecimento. O nome poderá ser ajustado pela  
539 Comissão de Políticas Públicas a qualquer momento. A mesa será construída por  
540 Joari Aparecido Soares de Carvalho e Maria Ermínia Ciliberti, mas também será  
541 envolvido o Núcleo de Emergências e Desastres para auxiliar na composição dos  
542 palestrantes. **VII) COMISSÃO DE ÉTICA – 7.1) Quórum** - O presidente da  
543 Comissão de Ética, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, relata que ainda encontra  
544 dificuldades no fechamento do quórum das plenárias éticas. Os conselheiros não  
545 estão respondendo às convocatórias, o que dificulta ainda mais a organização da  
546 Comissão. Solicita, mais uma vez, colaboração do plenário no atendimento às  
547 atividades ordinárias desta gestão e nas respostas aos e-mails. **7.2) Pedido de**  
548 **Reabilitação Profissional** – O psicólogo que teve seu CRP cassado, após 5 anos,  
549 tem o direito de requerer a reabilitação de sua inscrição? A Comissão de Ética do  
550 CRP-SP recebeu, há 2 meses, o primeiro pedido. Consultado o Código de  
551 Processamento Disciplinar, o artigo nº 70 diz que cabe decisão ao plenário após  
552 este consultar a Comissão de Ética. A Comissão de Ética fez uma pesquisa com o  
553 CRP-RJ que já recebeu essa demanda e com o Conselho Federal de Psicologia.  
554 Reuniu-se com a assessoria jurídica do CRP e, após uma análise técnica, construiu  
555 a seguinte proposta de fluxo para esses pedidos: Primeiramente o profissional  
556 apresenta um documento por escrito justificando o porquê ele quer voltar a atuar  
557 como psicólogo. A presidência do CRP recebe a documentação e, tendo identificado  
558 que foi cumprido o prazo de 5 (cinco) anos de cassação, repassa à Comissão de  
559 Ética. Um conselheiro dessa Comissão deverá dar vistas ao processo ético que esse  
560 profissional foi envolvido e emitir um parecer indicando o deferimento ou  
561 indeferimento desse pedido de reabilitação. Somente após o Plenário deliberará em  
562 suas sessões ordinárias de Plenária Ética. Destaca que o Código de Processamento  
563 Disciplinar – CPD não traz orientações sobre qual trâmite deve ser seguido pelos  
564 CRPs. A Comissão de Ética do CRP-SP usou de base o fluxo já adotado pelo CRP-  
565 RJ, porém deve ser avaliado pelos presentes se esse modelo é adequado, uma vez  
566 que as decisões de cassação de registro, muitas vezes, tem relação com infrações  
567 graves, risco à sociedade. Citou-se que já está sendo verificado com a assessoria



568 jurídica em quais casos se pode negar a reativação da inscrição. O Código de  
569 Processamento Disciplinar também prevê isso, mas o profissional poderá, após 3  
570 anos, requerer novamente a reativação. O entendimento da Comissão de Ética é  
571 que é possível recusar a reativação, considerando o interesse do bem público e a  
572 sociedade. Ao final, foi esclarecido que nos casos em que se aprovar a reativação  
573 dessas inscrições, o CRP realizará a entrega da CIP em uma reunião individual que  
574 também servirá de orientação profissional ao psicólogo. **Encaminhamento:** O  
575 plenário aprova que seja adotado o fluxograma apresentado para os casos de  
576 profissionais cassados que solicitam a reativação de seu registro profissional. **7.3)**  
577 **Proposta de criação das audiências de esclarecimento presencial na fase**  
578 **preliminar dos Processos Éticos** – Muitos processos continuam tramitando,  
579 mesmo restando dúvidas sobre seu mérito, na perspectiva de serem dirimidas  
580 durante a fase de instrução processual, com a oitiva das partes e a realização de  
581 diligências. Durante a instrução processual, muitas vezes, depara-se com situações  
582 que indicam novos indícios de infração ética, que apontam a necessidade de  
583 qualificarmos a fase preliminar. Essa situação impactaria no tempo de tramitação de  
584 processos, já que se dedica longos períodos a processos que poderiam ter sido  
585 arquivados, se melhor esclarecidos. *Como qualificar o processo, tanto em seu*  
586 *arquivamento, quanto em sua instauração, garantindo uma atenta análise das*  
587 *representações feitas?* Está previsto no Artigo nº 21 do Código de Processamento  
588 Disciplinar – CPD que na hipótese dos esclarecimentos por escrito serem  
589 insuficientes à formação de convicção, tanto do denunciante quanto do denunciado,  
590 poder-se-á convocar uma ou as duas partes para comparecer ao Conselho Regional  
591 e prestar as informações que entender indispensáveis. Por essa razão, está sendo  
592 proposta a criação das audiências de esclarecimento presencial na fase preliminar  
593 dos Processos Éticos, com o objetivo de dirimir dúvidas que qualifiquem a formação  
594 de convicção sobre a representação feita. O fluxo dos processos passará a ser o  
595 seguinte: Ao receber a representação, solicita-se os esclarecimentos prévios, que  
596 serão submetido a um parecerista da Comissão de Ética. Ele verificará se tem  
597 dúvidas na convicção sobre o mérito da representação e se isso deve prosperar ou  
598 não. Poderá propor a realização da audiência de esclarecimentos e formular as  
599 questões que devem ser clarificadas. Esta etapa será feita por um membro da  
600 Comissão de Ética (no início, será realizado por um trio, cujos integrantes  
601 funcionarão posteriormente como multiplicadores). Encaminha para a reunião da  
602 Comissão de Ética. Se persistirem dúvidas, convoca novamente outra audiência de  
603 esclarecimento. Após isso, elabora um parecer final que será novamente submetido  
604 à Reunião da Comissão de Ética e em seguida para deliberação do Plenário nas  
605 Plenárias Éticas. O plenário compreendeu que essas audiências de esclarecimentos





606 poderão ser para dirimir dúvidas de uma das partes ou de ambas. Isso dependerá  
607 da análise do parecerista. Nesse sentido, manifestou dúvida com relação aos  
608 critérios para a realização dessas audiências uma vez que poderá constranger as  
609 partes, envolver a exposição da intimidade de ambos ou em outras situações  
610 igualmente delicadas. **Encaminhamento:** Adotar esse novo fluxo de trabalho  
611 reduzirá o tempo dispendido nos numerosos processos que são analisados, porém o  
612 plenário deliberou que a Comissão de Ética envie o material apresentado, colha as  
613 dúvidas dos conselheiros e em uma plenária ética pedagógica dialogue mais  
614 profundamente sobre esse assunto. **VIII) PROJETO DE ESCUTA ESPECIAL DE**  
615 **CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O ESTADO DE SP** – Em 27 de maio de  
616 2013, o CRP publicou uma nota concordando em compor o projeto piloto do Tribunal  
617 de Justiça de Escuta Especial de Crianças e Adolescentes para o Estado de São  
618 Paulo em que o CRP apresentou seis indicadores necessários para fazer esse  
619 acompanhamento. Inicialmente era um projeto piloto em quatro comarcas do Estado  
620 de São Paulo (Campinas, Atibaia, Guarulhos e São Caetano do Sul) e o Juizado de  
621 Violência Doméstica e Familiar da Capital, mas pouco tempo depois saiu uma notícia  
622 sobre a implantação de 29 (vinte e nove) salas no estado. Outro fato importante foi o  
623 questionamento do Conselho Nacional de Justiça com relação a esse projeto em  
624 que o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo publicou que, do ponto de vista  
625 ético, não há o que se questionar porque o CRP SP está acompanhando/aprovando  
626 esse Projeto. Nesse interim, o CRP foi recebendo queixas da categoria com relação  
627 a violações éticas e de direitos nas escutas especiais. Mediante todos esses fatos, o  
628 plenário deliberou não acompanhar mais esse projeto. Para formalizar isso, o CRP  
629 realizou, no dia 11 de dezembro de 2014, uma reunião com o Núcleo de Apoio do  
630 Tribunal de Justiça de São Paulo, especificamente com a equipe responsável desde  
631 2010 em acompanhar o Projeto de Escuta Especial de Crianças e Adolescentes  
632 para o estado do São Paulo. Estiveram presentes Regiane Aparecida Piva e  
633 Guilherme Luz Fenerich representando este Conselho. Nesse encontro foram  
634 levadas algumas dúvidas com relação ao projeto para entender e mapear a situação  
635 da escuta no estado de São Paulo, a saber: Quais as comarcas em que já existem  
636 salas de escuta; Quais os critérios para instalação destas salas; A metodologia é  
637 única ou muda dependendo do juiz; Em que fase do processo ocorre a escuta?  
638 Quem é o profissional responsável? Quais profissionais estão envolvidos? Quem  
639 objetivamente realiza a “escuta”? Como ocorre? Quantas sessões? Que produto o  
640 profissional apresenta deste trabalho? É feito um relatório? A sessão de escuta é  
641 anexada na íntegra ao processo judicial? O psicólogo pode se negar a fazer? Há  
642 consequências para ele? A criança/adolescente é informada que está sendo  
643 assistida e que seu relato estará na íntegra no processo judicial? Há a opção deles



644 não darem seu depoimento? Se isso ocorre, qual a orientação para o profissional?  
645 Há algum tipo de tentativa de convencimento? Como a rede está envolvida? É  
646 solicitado que profissionais que não são do judiciário realizem a escuta?. Foram  
647 dados todos os esclarecimentos. Destacou alguns: A visão no judiciário é de que  
648 tudo que é produzido para o processo é prova (laudo – para o profissional não é  
649 produção de prova, mas é considerado como tal); Tanto a criança como a família  
650 podem escolher participar ou não da Escuta – depoimento cabe ao juiz decidir, mas  
651 a forma a família pode opinar – se recusar a escuta, pode ser realizado depoimento  
652 da forma tradicional; o profissional, se bem fundamentado, pode apontar que a  
653 Escuta não é a melhor para o caso – juiz acata ou não; o relatório psicológico de  
654 perícia será fechado somente após o depoimento especial, exceto nos casos em  
655 que a equipe aponte falta de condições da criança depor, pois o relatório irá  
656 embasar esta posição; são organizadas supervisões periódicas por  
657 videoconferência, além das capacitações; para decidir as comarcas, é feita consulta  
658 a juízes sobre espaço físico, equipe e demanda (haverá curso para juízes no  
659 primeiro semestre de 2015). Há uma demanda na rede para atender o suposto  
660 agressor (muitos deles são adolescentes). Havia uma proposta inicial de ouvir o  
661 suposto agressor, mas, a partir do exposto de que o acusado não deve produzir  
662 provas contra si mesmo, isso não foi incorporado no projeto. Ainda sobre o assunto,  
663 foi dito na reunião que o projeto está embasado pela Resolução do CFP nº 10/2010  
664 que *institui a regulamentação da Escuta. Psicológica de Crianças e Adolescentes*  
665 *envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção*, apesar de estar suspensa,  
666 com exceção da questão do atendimento ao agressor; Regiane conta que  
667 questionou a equipe técnica do Tribunal de Justiça sobre o CRP não ser chamado  
668 para as reuniões periódicas e a justificativa foi que, a partir dessas reuniões, os  
669 parceiros da rede ficaram independentes para seguir os trabalhos de  
670 acompanhamento e que cada um desses parceiros, inclusive o CRP, chamariam  
671 reuniões juntando todos os envolvidos, caso sentisse necessidade, mas também  
672 existia um pressuposto de que o CRP não precisaria estar atuando junto do núcleo  
673 porque lhe cabia ver questões éticas, para o que deveria ter autonomia. A leitura do  
674 Núcleo do Tribunal de Justiça era de que o CRP parou de acompanhar por troca de  
675 gestão. Feitos os devidos esclarecimentos, manifestaram indignação com o fato de  
676 terem tomado conhecimento pela categoria de psicólogos o posicionamento deste  
677 regional com relação à decisão de não mais acompanhar a implantação do Projeto  
678 de Escuta Especial. A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal  
679 de Justiça de São Paulo - AASPTJ também soltou nota pública sobre o assunto  
680 antes de o CRP oficial o Tribunal de Justiça disso. Ainda assim, o Núcleo do Tribunal  
681 de Justiça teceu quais são seus desafios com relação a esse Projeto: trabalhar com



682 Instituto Médico Legal, diminuir o espaço de tempo entre a primeira e segunda  
683 escuta, auxiliar na redução de tempo de solução dos inquéritos policiais, envolver o  
684 Conselho Tutelar; e demanda ao CRP as seguintes ações: a) Espaços para discutir  
685 o “fazer” ou “não fazer” escuta especial com CRP e Associação dos Assistentes  
686 Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo; b) Evento ou reunião  
687 onde várias posições possam dialogar; c) refazer a proximidade de diálogo com  
688 CRP; d) Sugestão de que antes de se pensar uma nova resolução nacional sobre  
689 escuta, que se observe todos os modelos existentes no país. Ao final, Regiane  
690 Aparecida Piva apresentou suas considerações: O CRP está estreitando sua  
691 parceria com o Conselho Regional de Serviço Social e a Associação dos Assistentes  
692 Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ambos demandam ao  
693 CRP posicionamento radical contra esse projeto; Serão incluídos na escuta especial  
694 adolescentes com deficiência que foram vítimas de violência. Adriana Eiko  
695 Matsumoto citou a recomendação do Tribunal de Justiça de São Paulo, publicada  
696 recentemente, que dá autonomia ao profissional de optar participar ou não do  
697 projeto. Isso é um avanço para a categoria. O princípio do debate da psicologia, para  
698 Sandra Elena Spósito, deve ser no sentido de defender que qualquer metodologia  
699 de escuta de criança não vai garantir as verdades dos fatos. **Encaminhamento:** Os  
700 conselheiros Guilherme Luz Fenerich e Regiane Aparecida Piva ficam incumbidos de  
701 organizar uma oficina no sentido de aprofundar o debate com relação ao tema de  
702 escuta especial de crianças e adolescentes. **8.1) Representante do CRP no Fórum  
703 Regional da Baixada Santista “Inquirição de Crianças e Adolescentes Vítimas  
704 de Violência Sexual: Proteção ou Violação de Direitos?”** – A Associação dos  
705 Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo convida o  
706 CRP a compor a mesa de abertura do Fórum Regional da Baixada Santista  
707 “Inquirição de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Proteção ou  
708 Violação de Direitos?” que será realizado no dia 29 de maio de 2015, das 08h às  
709 17h, em Santos - SP, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
710 e do Adolescente. **Encaminhamento:** Referendou-se que essa representação seja  
711 de um conselheiro. Foram indicados: Regiane Aparecida Piva, Guilherme Luz  
712 Fenerich, Adriana Eiko Matsumoto e Gustavo Limar Bernardes Sales. **IX) NÚCLEO  
713 DE SAÚDE – 9.1) 15ª CONFERENCIA NACIONAL DA SAÚDE** – A 15ª Conferência  
714 Nacional de Saúde acontecerá em Brasília, no período de 23 a 26 de novembro de 2015.  
715 As etapas estaduais iniciarão em 07 de abril de 2015. Posto isso, Moacyr Miniussi  
716 Bertolino Neto conta que o Núcleo de Saúde debateu a respeito dessa pauta e  
717 propõe realizar um evento estadual em São Paulo, dia 14 de março de 2015, para  
718 discutir o principal tema da Conferência que tenha relevância para a Psicologia.  
719 Sugere a realização de duas mesas sendo uma sobre saúde mental na atenção  
720 básica e outra sobre financiamento da saúde. Esta última é por causa de duas



721 medidas recentes do Governo Federal de aprovar a entrada de capital estrangeiro  
722 na saúde e outra de reformular o financiamento da saúde. As Subsedes realizariam  
723 eventos preparatórios, mas lhes exigiriam um esforço de realizá-las antes das  
724 etapas municipais. A ideia inicial era construir uma atividade com mais mesas, mas  
725 limitou a duas considerando o tempo para a organização dessa ação.  
726 Considerações do Plenário: A pauta financiamento na saúde é bastante debatida  
727 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, pelo Centro Brasileiro de  
728 Estudos em Saúde – Cebes e ainda pela Associação Paulista de Saúde Pública -  
729 APSP. Maria Ermínia Ciliberti indica o debate desse tema seja tratado  
730 prioritariamente por essas entidades que têm mais acúmulo. Nesse momento,  
731 Adriana Eiko Matsumoto lembrou o debate feito no Planejamento Estratégico de  
732 que os eventos preparatórios fossem atividades mobilizadoras, construídas em  
733 parceria com movimentos sociais e entidades. Não houve consenso do plenário  
734 quanto ao tema Financiamento da Saúde ser mobilizador para a categoria. Dário  
735 Henrique Teófilo Schezzi tem conhecimento de várias ações de inconstitucionalidade  
736 contra a decisão do Governo Federal de utilizar capital estrangeiro na saúde. Propõe  
737 que o CRP também faça isso. **Encaminhamento:** O Núcleo de Saúde questionará  
738 todas as Subsedes se conseguem se organizar para realizarem, concomitantes com  
739 a Sede, evento preparatório no dia 14 de março. Em caso negativo, esse evento  
740 será transferido para abril. Esse Núcleo também avaliará as indicações de  
741 palestrantes já encaminhadas pela Comissão de Políticas Públicas. Dessa forma, o  
742 conselheiro Moacyr Miniussi Bertolino Neto fica como referência para organização  
743 dessa atividade e se responsabiliza em rever a infraestrutura já inicialmente  
744 desenhada com o Departamento de Eventos do CRP. **X) XXIX Congresso de**  
745 **Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo – COSEMS (18 a 20**  
746 **de março de 2015, Campos do Jordão, SP)** - O núcleo de Saúde, em reunião  
747 realizada no dia 13 de janeiro de 2014, discutiu a participação do CRP no XXIX  
748 Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo –  
749 COSEMS, que ocorrerá entre os dias 18 e 20 de março de 2015, em Campos do  
750 Jordão-SP, e avaliou que o CRP deve intervir da seguinte maneira: distribuindo  
751 folder sobre Saúde Mental na Atenção Básica à Saúde e inscrevendo 11 (onze)  
752 participantes sendo um representante da Sede e 10 de cada subseção, não  
753 necessariamente conselheiros. Cada representante também participaria de um  
754 minicurso do Congresso, vedando a participação de mais de um representante em  
755 um curso/oficina. Considerações do Plenário: Maria Ermínia Ciliberti, coordenadora  
756 da Comissão de Políticas Públicas, noticia que já havia encaminhado uma proposta  
757 de intervenção do CRP nesse congresso. Avalia que as participações devem ser  
758 alinhadas com a estratégia política de inserção do CRP para definir seus



759 representantes institucionais. Outra proposta da Comissão de Políticas Públicas era  
760 a de construir um texto que dialogasse com os gestores trazendo a importância de  
761 ter psicólogo em seu quadro funcional. Há incompatibilidade nas formas de  
762 construção e metodologia apresentadas pelo Núcleo de Saúde. Posto isso, solicita  
763 conduzir neste Congresso somente as ações que envolvem fazer intervenções com  
764 os gestores públicos, por meio de mobilizações, articulações diretas e elaboração de  
765 cartas. A mesa diretora lembrou que no Planejamento Estratégico foi dada a  
766 diretriz de diálogo com os gestores e confirma que a proposta apresentada pelo  
767 Núcleo de Saúde está com outro caráter, o qual não contempla o objetivo dessa  
768 gestão. **Encaminhamento:** A construção da metodologia e definição de  
769 representantes do CRP no XXIX Congresso de Secretários Municipais de Saúde do  
770 Estado de São Paulo – COSEMS será tratada na próxima reunião de diretoria, em  
771 conjunto com Maria Ermínia Ciliberti pela Comissão de Políticas Públicas e Moacyr  
772 Miniussi Bertolino Neto pelo Núcleo de Saúde. Foi consenso do plenário que  
773 qualquer carta que se objetive divulgar nesse congresso deverá ter teor a ser  
774 formulado pela Comissão de Políticas Públicas. Tais encaminhamentos serão  
775 trazidos ao conhecimento do Plenário nas sessões ordinárias de fevereiro. Fica  
776 registrada a sugestão de também abordar o Projeto de Lei que reduz a jornada dos  
777 psicólogos para 30 horas semanais neste Congresso. **XI) REUNIAO COM O CRESS**  
778 – Será replicado por e-mail aos conselheiros o registro da última reunião realizada  
779 entre o CRP e o Conselho Regional de Serviço Social, em 13 de novembro de  
780 2014), para apropriação, pois esse registro auxiliará a gestão na condução da  
781 próxima etapa do Planejamento Estratégico que está pautado para fevereiro de  
782 2015. **XII) PL 30 HORAS** – O Congresso Nacional vai se reunir no dia 24 de  
783 fevereiro de 2015 para examinar vetos presidenciais. O veto ao PL das 30 horas é  
784 um dos quatro primeiros e será votado neste dia. Joari Aparecido Soares de  
785 Carvalho suscitou que o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais  
786 de Psicologia estão demandando à categoria que envie mensagens aos novos  
787 deputados. **Encaminhamentos:** Ante essa situação, o Plenário acatou as seguintes  
788 propostas: que a Comissão de Comunicação auxilie a fazer o “compartilhaço” nas  
789 redes sociais, demandando à categoria que continue enviando manifestos aos  
790 deputados e senadores que analisarão o veto; fazer boletim sobre o tema nesta  
791 semana; Defere também a realização de caravana para ida à Brasília juntamente  
792 com um representante deste CRP. A diretoria, com apoio do Núcleo Mundo do  
793 Trabalho, articulará com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo –  
794 Sinpsi e parlamentares que serão empossados neste ano a derrubada do veto. Fica  
795 registrada a proposta de criar também um abaixo-assinado pela rede Avaaz. **XIII)**  
796 **PARTICIPAÇÃO DO CRP NO FÓRUM DOS CONSELHOS E ATIVIDADES FIM DA**



797 **SAÚDE** – O Fórum dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde elaborou uma carta  
798 intitulada *Frente Democrática em Defesa do SUS exige mais recursos para a saúde*  
799 *e assistência de qualidade aos cidadãos*. Na reunião em que foi proposto ao CRP  
800 aderir ao documento, o CRP-SP era representado pelo conselheiro Moacyr Miniussi  
801 Bertolino Neto, que se manifestou contrário à carta. Isso não foi divulgado ao  
802 Plenário. A pedido da diretoria, Maria Ermínia Ciliberti assumiu essa representação  
803 neste Fórum. Agora que ela está nessa representação, relata que os demais  
804 Conselhos de Classe estão questionando-a sobre o posicionamento do CRP nessa  
805 e outras questões da época em que o CRP era representado por Moacyr Miniussi  
806 Bertolino Neto. **Encaminhamento:** Este assunto será tratado pela diretoria na  
807 presença de ambos os conselheiros Maria Ermínia Ciliberti e Moacyr Miniussi  
808 Bertolino Neto. No ensejo, o plenário consentiu que na ação conjunta com o Fórum  
809 dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde de construir uma carta dos Conselhos da  
810 área da Saúde, o CRP apresente os pontos prioritários de debate: Atenção Básica à  
811 Saúde e Formação. **XIV) 9º CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA -**  
812 **CONPSI (13 A 16 DE MAIO DE 2015, SALVADOR, BA)** – O Congresso Norte  
813 Nordeste de Psicologia sempre foi pensado na sua origem como uma atividade de  
814 organização do Sistema Conselhos para os psicólogos da região norte e nordeste.  
815 Adriana Eiko Matsumoto comenta que o CRP-SP também sempre participou das  
816 edições anteriores na busca de potencializar as ações dos CRPs dessas regiões.  
817 Durante a realização da APAF de dezembro de 2014, houve uma reunião da Frente  
818 dos Conselhos Regionais de Psicologia. Na ocasião foi exposta a grande dificuldade  
819 na organização deste Congresso. Hoje a condução está sendo feita por uma  
820 Associação da Bahia, ou seja, os CRPs não estão sendo chamados para compor a  
821 comissão organizadora, o que resulta na perda do protagonismo deles. Chegou-se a  
822 pensar em esvaziar o congresso. Ante esse cenário, é necessário dialogar a respeito  
823 do papel que o CRP-SP assumirá nesse Congresso, pois os Conselhos Regionais  
824 da Bahia e Rio de Janeiro enviaram convite para compor uma mesa,  
825 respectivamente sobre Genocídio e População Negra e Interiorização dos CRPs.  
826 Camila de Freitas Teodoro, conselheira e coordenadora da Subsede do Grande  
827 ABC, conta que também recebeu o convite do CRP-RJ e avalia que devido à demora  
828 na resposta, esse regional replicou o mesmo convite para a diretoria do CRP.  
829 **Encaminhamento:** Feitas as considerações, o plenário defere que a intervenção do  
830 CRP no 9º Conpsi seja somente por meio de representantes nas mesas em que  
831 houve o convite. Para a mesa de Genocídio e População Negra, fica o Núcleo de  
832 Raça e Etnia incumbido de fazer a indicação. Com relação à mesa sobre  
833 Interiorização dos CRPs, está será definida pela Comissão Gestora da Subsede  
834 Grande ABC. **XV) RECOMPOSIÇÃO COMISSÕES/ NÚCLEOS – 15.1) Subsede de**



835 **Sorocaba** – Por questões pessoais, a psicóloga Ione Aparecida Xavier (CRP  
836 06/27445), solicita sua saída da Comissão Gestora da Subsele Sorocaba. Todavia,  
837 ela se dispõe a ficar como colaboradora dessa Subsele. Além dela, foi proposta  
838 também a inclusão dos seguintes colaboradores: Danilo Gomes dos Santos - CRP  
839 06/122986 e Ivana do Carmo Souza - CRP 06/90362. **15.2) Subsele da Baixada**  
840 **Santista e Vale do Ribeira** – Foi anunciada a exclusão do psicólogo Ramiz  
841 Candeloro Pedroso de Moraes - CRP 06/107545 da condição de colaborador da  
842 Comissão Gestora da Baixada Santista e Vale do Ribeira. **15.3) Subsele de Assis**  
843 – Apresentados os seguintes colaboradores para a Comissão Gestora de Assis: Igo  
844 Gabriel dos Santos Ribeiro – CRP 06/122044 e Juliana Cristina Bessa – CRP  
845 06/114392 (Sexualidade e Gênero), Nayara Fornazieri – CRP 06/112282  
846 (Assistência Social), Barbara Sinibaldi – CRP 06/100676, Davi Sereghetti da Silva –  
847 CRP 06/98947 , João Renato Ciabattari Pagnano – CRP 06/84508 , Mayara  
848 Aparecida Bonora Freire – CRP 06/120511 , Mayara Lopes Vianna – CRP  
849 06/111606 (Saúde). **15.4) Comissão de Ética** – Inclui-se a psicóloga Karina  
850 Eleuterio Luis - CRP 06/90329 a colaborar nas atividades da Comissão de Ética.  
851 **15.5) Núcleo de Formação** - Quanto às psicólogas, Alacir Villa Valle Cruces –  
852 CRP 06/5508, Márcia Cristina Gonçalves de Oliveira Frassão - CRP 06/16022 e  
853 Neide Aparecida Micelli Domingos – CRP 06/11064 estas passarão a ser membros  
854 do Núcleo de Formação. A psicóloga Carla Biancha Angelucci – CRP 06/57074  
855 ficará como colaboradora, enquanto representante da Associação Brasileira de  
856 Ensino de Psicologia. **15.6) Núcleo de Justiça** – A socióloga Adriana Alves Loche,  
857 por questões de indisponibilidade de agenda, solicitou sua saída do Núcleo de  
858 Justiça. **15.7) Núcleo de Educação** – Por solicitação da conselheira e coordenadora  
859 do Núcleo Educação, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, a psicóloga Luciana  
860 Stoppa dos Santos - CRP 06/78466 ficará como coordenadora adjunta do Núcleo de  
861 Educação, auxiliando-a na condução dos trabalhos desse Núcleo. Deve-se também  
862 excluir a psicóloga Ione Aparecida Xavier - CRP 06/27445 e incluir a psicóloga  
863 Rosângela de Fátima Villar – CRP 06/8458 como colaboradora do Núcleo de  
864 Educação. **15.8) Núcleo de Criança e Adolescente** – Deixam de ser membros  
865 Ariel Barato Gomyde – CRP 06/110958 e Julieta Seixas Moizes – CRP 06/80912 e  
866 passam a compor o Núcleo de Criança e Adolescente Cristiane Tomazelle dos  
867 Santos – CRP 06/52229, na condição de membro e João Carlos Guilhermino de  
868 França como convidado. Não foi instituído o Núcleo Regional de Criança e  
869 Adolescente porque não foram apresentados os nomes. **15.9) Subnúcleo**  
870 **Diversidade Epistemologia não Hegemônica em Psicologia, Laicidade e o**  
871 **Diálogo com os Saberes Tradicionais (Núcleo de Métodos e Técnicas**  
872 **Psicológicas)** – Será incluída a psicóloga Laura Lúcia dos Santos Leher - CRP



873 06/52411 como membro do Subnúcleo Diversidade Epistemologia não Hegemônica  
874 em Psicologia, Laicidade e o Diálogo com os Saberes Tradicionais. **15.10)**  
875 **Subnúcleo Emergências e Desastres (Núcleo de Assistência Social)** –  
876 Incluída a psicóloga Dafne Rosane Oliveira - CRP 06/115113 como membro  
877 do Subnúcleo Emergências e Desastres. **15.11) Núcleo de Saúde** – A conselheira  
878 Graça Maria de Carvalho Camara – CRP 06/84485 passa a ser membro, juntamente  
879 com o psicólogo da região de Ribeirão Preto, Miguel Gambelli Lucas – CRP  
880 06/83541. **15.11) GT Documentos Escritos** – Esse grupo de trabalho era  
881 coordenado pela Conselheira Ana Paula Porto Noronha, que hoje, está  
882 oficialmente e permanentemente afastada deste Plenário. Portanto, fica  
883 pendente a informação de quem será o responsável pela Coordenação do  
884 Grupo. **Encaminhamento:** As sugestões referenciadas foram aprovadas por  
885 unanimidade do Plenário. Com relação à alteração na Comissão Gestora de  
886 Sorocaba, deverá ser providenciada, imediatamente, portaria para nomear essa  
887 comissão gestora, adequando-a corretamente às normativas do Regimento Interno  
888 deste CRP. **XVI) INFORMES – 16.1) Planejamento Estratégico** - Os responsáveis  
889 pelas Macro-ações devem enviar até dia 20 de fevereiro os arquivos atualizados  
890 para sistematização pela diretoria, uma vez que as sessões ordinárias de fevereiro  
891 terão esse assunto como prioritário em sua pauta. **16.2) Financeiro** - A conselheira  
892 Adriana Eiko Matsumoto deliberou que os dados a seguir registrados sejam  
893 repassados por e-mail ao Plenário: O CRP-06 possui um saldo de R\$ 14.988.245,50  
894 (catorze milhões, novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e  
895 cinquenta centavos) em conta corrente bancária. Quanto à arrecadação, obteve o  
896 valor de R\$ 3.234.130,00 (três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, cento e trinta  
897 reais) equivalente a 11% do previsto. Fica registrado também: houve 2.014 (dois mil  
898 e catorze inscritos) novos inscritos, 2.533 (dois mil, quinhentos e trinta e três)  
899 cancelamentos e 765 (setecentas e sessenta e cinco) reativações. **16.3)**  
900 **Coordenação Técnico-Política do CRP SP** – A Diretoria informa ao plenário que os  
901 conselheiros tem até a próxima sexta-feira, dia 06 de fevereiro, para enviar  
902 indicações de psicólogas(os) que possam participar do processo seletivo para  
903 ocupação do cargo de Coordenação Técnico-Política do CRP SP. Trata-se de uma  
904 vaga de livre provimento. **16.4) Preparação dos Pontos** – Foi assumido o  
905 compromisso deste plenário de, ao pautar assuntos nas plenárias, que seja  
906 realizado a preparação prévia do ponto para apresentação ao plenário para, dessa  
907 forma, tornar o debate mais produtivo. **XVII) CONSELHO ESTADUAL DE**  
908 **ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONSEAS/SP** – Foi acatada a troca de representante  
909 do CRP no Conselho Estadual de Assistência Social - Conseas. Rita de Cassia  
910 Oliveira Assunção – CRP 06/41621 será substituída por Vinícius Cesca de Lima –





911 CRP 06/99477, atualmente gestor da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, por  
912 questões de inviabilidade de agenda com as atividades deste Conselho. **XVIII)**  
913 **TEMAS PARA A PROXIMA PLENARIA** – Devido ao adiantado da hora, serão  
914 repautados os seguintes pontos: Subsede Metropolitana, Projeto de Criação do  
915 Comitê e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; e, XI Congresso  
916 Latino-americano de Psicoterapia / II Congresso Brasileiro da ABRAP (19 a 22 de  
917 agosto de 2015, São Paulo, SP). **XIX) APRECIÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE**  
918 **SITES** - O plenário concedeu parecer **favorável** à obtenção de selo para o *site* com  
919 os seguintes protocolos: 206317437 (CRP 06/57525), 008617688 (CRP 06/16906),  
920 606817618 (CRP 06/111901), 706617780 (CRP 06/113479), concedeu parecer  
921 **desfavorável** à obtenção de selo para o *site* com o seguinte protocolo: 706817877  
922 (CRP 06/83582) e considerou que **não se aplica** o pedido de credenciamento de  
923 site para os seguintes protocolos: 506116182 (CRP 06/32661), 106516576 (CRP  
924 06/29716), 206317061 (CRP 06/35930), conforme folha anexa que é parte  
925 integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta  
926 deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz  
927 Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os  
928 presentes. São Paulo, trinta e um de janeiro de dois mil e quinze.

---

Adriana Eiko Matsumoto

---

Alacir Villa Valle Cruces

---

Graça Maria de Carvalho Camara

---

Bruno Simões Gonçalves

---

Guilherme Luz Fenerich

---

Camila de Freitas Teodoro

---

Ilana Mountian

---

Dario Henrique Teófilo Schezzi

---

Janaína Leslão Garcia

---

Jonathas José Salathiel da Silva

---



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

---

Joari Aparecido Soares de Carvalho

---

Lívia Gonsalves Toledo

---

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

---

Maria das Graças Mazarin de Araujo

---

Luiz Eduardo Valiengo Berni

---

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

---

Maria Ermínia Ciliberti

---

Regiane Aparecida Piva

---

Marília Capponi

---

Sandra Elena Sposito

---

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

---

Sergio Augusto Garcia Junior